

**PORTARIA Nº 355/2021**

Dispõe sobre mudança de lotação de servidor.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere o art. 6, inciso VII da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

**CONSIDERANDO** as informações constantes do Processo Administrativo nº 8501892- 68.2021.8.06.0000;

**RESOLVE** lotar no Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça a servidora MICHELLE GABRIELLA MENDES DOS SANTOS, Analista Judiciária, matrícula nº 9843, lotada atualmente no Gabinete do Desembargador Paulo Ailton Albuquerque Filho.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 23 de fevereiro de 2021.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

**PORTARIA N.º 358/2021**

Regulamenta a forma de citação e intimação do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza nas demandas urgentes, durante o período de restrição de circulação de pessoas resultante da pandemia relacionada com a COVID-19.

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais etc.

**CONSIDERANDO** os termos da Lei Federal n.º 13.979/2020, do Decreto Estadual de n.º 33.510/2020 e de suas sucessivas alterações, que dispõem sobre medidas de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação da COVID-19;

**CONSIDERANDO**, especialmente, o teor do especialmente o Decreto Estadual n.º 33.936/2021 que, em face do recrudescimento do quadro de contágio, restringiu circulação de pessoas e retomou o trabalho majoritariamente remoto nos órgãos da administração pública;

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução n.º 313, do Conselho Nacional de Justiça, bem assim da Resolução n.º 06/2021, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que suspendeu até 28/20/2020 as atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário cearense, em decorrência do recrudescimento da pandemia relacionada com a COVID-19, contemplando possibilidade de prorrogações;

**CONSIDERANDO** a experiência exitosa havida em 2020, que originou as Portarias n.ºs 553/2020 e 570/2020 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e o Provimento n.º 10/2020 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer regras claras e padronizadas para o cumprimento das ordens judiciais pelos oficiais de justiça, notadamente visando conciliar a prestação jurisdicional célere, eficaz e ininterrupta, com a preservação da saúde dos mencionados agentes públicos e da população em geral;

**CONSIDERANDO** que o contato físico entre oficiais de justiça e os integrantes da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ – PGE e/ou da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – PGM deve ser evitado como forma de contribuir com as medidas adotadas pelo governo do Estado do Ceará no combate ao COVID-19;

**CONSIDERANDO** a previsão do art. 190 do Código de Processo Civil e os termos de compromisso assinados com a PGE e a PGM;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Todas as citações e/ou intimações urgentes direcionadas ao Estado do Ceará, até o dia 30 de abril de 2021, serão efetivadas mediante o envio de e-mail para o endereço eletrônico fornecido pela Procuradoria Geral do Estado, [pge@pge.ce.gov.br](mailto:pge@pge.ce.gov.br).

§ 1º São consideradas urgentes as matérias mencionadas no art. 4.º da Resolução n.º 313/2020, do CNJ, notadamente aquelas relacionadas às demandas de saúde, podendo o magistrado responsável pelo processo atribuir urgência a matéria correlata, por decisão fundamentada.

§ 2º Havendo necessidade de enviar a comunicação também à Secretaria de Saúde – SESA, e visando abreviar o cumprimento da ordem, quando for o caso, a mensagem será remetida igualmente ao e-mail [sesa.asjur@gmail.com](mailto:sesa.asjur@gmail.com).

§ 3º A comunicação (citação ou intimação) será considerada recebida pela PGE após o decurso de 24 horas do envio do e-mail pelo servidor responsável, que deverá certificar o cumprimento da ordem. A PGE e a SESA também poderão dar ciência da comunicação antes de decorrido o prazo de 24 horas acima mencionado.

**Art. 2º** Todas as citações e/ou intimações urgentes direcionadas ao MUNICÍPIO DE FORTALEZA, até o dia 30 de abril de 2021, serão efetivadas mediante o envio de e-mail para o endereço eletrônico fornecido pela PROCURADORIA GERAL DO